

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – Apresentação

Apresentamos as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Município de Uberaba-MG, relativas ao exercício de 2016, destacando os seguintes aspectos relevantes sobre a análise das contas:

Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Município, integra a Prestação de Contas Anual do Prefeito Municipal de Uberaba e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants – IFAC.

Foram editadas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, referente aos aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal;

Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 12.207, de 21/05/2015, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2014/2017;

Lei 12.240, de 09/07/2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016;

Lei 12.352, de 11/12/2015, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Uberaba para o exercício de 2016.

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais. O Balanço Geral do Município, referente ao exercício financeiro de 2016 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais e Mutações do Patrimônio Líquido, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

NOTA 2 – Contexto Organizacional

Os Balanços apresentados são consolidados, ou seja, refletem a movimentação da Prefeitura Municipal de Uberaba, órgão da administração direta do poder executivo, compreendendo as seguintes secretarias municipais:

- Chefia de Gabinete
- Secretaria Municipal de Governo
- Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Urbana
- Procuradoria Geral do Município
- Secretaria Municipal de Administração
- Secretaria Municipal de Finanças
- Controladoria Geral do Município
- UGP – Unidade Gestora Projetos – Projeto Água Viva
- Secretaria Municipal de Infraestrutura
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- Secretaria Municipal de Defesa Social, Trânsito e Transportes
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Comunicação
- Secretaria Especial de Projetos e Parcerias
- Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
- Secretaria Municipal de Obras

Bem como os órgãos da administração indireta e poder legislativo, conforme discriminamos abaixo:

- Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba - CODAU
- Fundação Cultural de Uberaba - FCU
- Fundação de Ensino Técnico Intensivo – FETI
- Autarquia do Estádio Municipal Engenheiro João Guido - Estádio Uberabão
- Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipal de Uberaba – IPSERV
- Fundação Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON
- Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Uberaba - FUNEL
- Câmara Municipal de Uberaba – Poder Legislativo.

NOTA 3 – Práticas e Critérios Contábeis Adotados

Os Balanços Públicos foram elaborados a partir da escrituração contábil realizada pelo método de partidas dobradas e por meio de classes de contas de natureza patrimonial, orçamentária e de controle/compensação, visando evidenciar os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial, em conformidade com a Lei Federal 4.320/64.

Todos os registros contábeis do exercício de 2016 foram executados através de sistema informatizado, fornecido pela CODIUB – Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba com adequação ao novo PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Critérios de Depreciação, Amortização e Exaustão: para o exercício em exame foram realizadas de forma gradativa e parcial as depreciações nos ativos desse Balanço de 2016.

Critérios de Mensuração de Ativos: os ativos estão avaliados pelo custo de aquisição ou produção, não tendo sido adotado para o Balanço de 2016 critérios de reavaliação a valor justo ou valor de mercado. Para os bens Imóveis foi instituída em 26 de agosto de 2014, comissão especial de avaliação e reavaliação imobiliária, conforme Decreto nº 2796/2014. Até o exercício de 2016 a comissão ora instituída, realizou levantamento parcial de bens imóveis, com indicação dos elementos necessários para sua perfeita caracterização, após conclusão de todo o levantamento a referida comissão avaliará ou reavaliará cada um deles, para contabilização conforme plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais, portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015.

Critérios para Provisão de Férias e Décimo Terceiro: para o exercício em exame foi realizado o reconhecimento do passivo de provisão de férias e décimo terceiro salário, através de provisões em obediência ao princípio de competência.

NOTA 4 – Critérios Contábeis adotados para o Balanço Orçamentário.

4.1 – Aspectos Gerais

O Balanço Orçamentário previsto no art. 102 e no anexo 12 da Lei Federal 4.320/64 e adaptação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, apresenta as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento em confronto com as receitas arrecadadas e as despesas executadas, respectivamente. A partir do confronto entre as receitas executadas com as estimadas, é possível avaliar o desempenho da arrecadação no exercício em questão. Quando confrontadas as despesas executadas com as autorizadas, é possível analisar as despesas da administração mediante a autorização legislativa que orientou os gastos e também a ação do gestor. O confronto das diferenças entre as receitas previstas e as despesas fixadas, bem como entre as receitas e despesas executadas, permite o conhecimento do resultado orçamentário: superávit (receita maior que despesa) ou déficit (despesa maior que a receita).

4.2 – Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias, cujos valores constam do orçamento, são caracterizadas conforme o artigo 11 da Lei Federal nº 4.320/64 e seguem o regime contábil de caixa, sendo consideradas realizadas quando da sua efetiva arrecadação (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64).

As receitas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda corrente do ano de realização, expresso em reais.

As receitas orçamentárias constantes do Balanço Orçamentário estão apresentadas conforme a classificação econômica (natureza da receita) constante na Portaria STN/SOF nº 163/2001 e atualizações posteriores, detalhadas até a fonte da codificação da natureza da receita orçamentária.

4.3 – Execução Orçamentária:

4.3.1 – Execução Orçamentária da Receita:

A classificação e registros das receitas foram efetuados em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 6ª edição, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, sendo a arrecadação lançada e gerenciada pela Secretaria de Finanças.

A receita arrecadada no exercício de 2016 totalizou **R\$ 994.574.033,23**, sendo que em 2015 foram arrecadados **R\$ 854.252.984,18**, representando um incremento de **16,43%**.

As Receitas Correntes, cuja arrecadação em 2016 correspondeu a **100,35%** da arrecadação total, somaram **R\$ 998.042.545,60**, representando um acréscimo de **12,72%** em relação ao arrecadado em 2015.

Embora o desempenho com relação a arrecadação total foi de acréscimo de **16,43%** comparando com 2015, o cenário evidencia forte retração econômica, de grave crise financeira e da escalada do quadro inflacionário que assola o nosso país, com reflexo direto nas finanças públicas.

DESCRIÇÃO	2015	2016	AH% 2016/2015	AV% 2016
RECEITAS CORRENTES	885.395.785,41	998.042.545,60	12,72%	100,35%
Receita Tributária	152.917.069,76	165.864.503,99	8,47%	16,68%
Receita de Contribuições	50.353.275,02	63.540.279,49	26,19%	6,39%
Receitas Patrimonial	37.135.065,82	49.739.063,86	33,94%	5,00%
Receita Agropecuária	1.642,00	614,89	-62,55%	0,00%
Receita de Serviços	81.441.771,85	110.112.507,90	35,20%	11,07%
Transferências Correntes	500.032.555,02	549.744.078,67	9,94%	55,27%
Outras Receitas Correntes	63.514.405,94	59.041.496,80	-7,04%	5,94%
RECEITAS CAPITAL	31.692.948,33	64.179.617,01	102,50%	6,45%
Operações de Crédito	22.539.985,82	32.035.678,06	42,13%	3,22%
Alienação de Bens	1.433.601,49	931.402,07	-35,03%	0,09%
Transferências Capital	7.719.361,02	31.212.536,88	304,34%	3,14%
DEDUÇÕES DA RECEITA	- 62.835.749,56	- 67.648.129,38	-7,66%	-6,80%
(-) Restituições	- 597.234,94	- 351.582,99	41,13%	-0,04%
(-) Fundeb	- 61.126.296,77	- 65.771.327,35	-7,60%	-6,61%
(-) Compensações Receitas Correntes	- 103.796,48	-	100,00%	0,00%
(-) Outras Deduções Receitas Correntes	- 1.008.421,37	- 1.525.219,04	-51,25%	-0,15%
TOTAL DAS RECEITAS	854.252.984,18	994.574.033,23	16,43%	100,00%

NOTAS:

- 1). AV - Análise Vertical: determina a porcentagem de cada conta, ou grupo de contas, em relação ao Total das Receitas;
- 2). AH - Análise Horizontal: determina a evolução de cada conta, ou grupo de contas, no exercício considerado, em relação ao exercício anterior.

4.4 – Critérios de Reconhecimento e Classificação das Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias, resultantes de autorização legislativa prevista na Lei Municipal nº 12.352, de 11/12/2015, seguem o regime contábil da competência e a respectiva execução orçamentária prevista no Capítulo III da Lei Federal nº 4.320/64, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64) para efeito orçamentário, e quando da sua liquidação para efeito contábil.

As despesas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expresso em reais.

4.4.1 – Execução das Despesas Orçamentárias

Os registros de classificação da despesa, além da legislação mencionada no item 4.4, foram efetuadas em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 6ª edição, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001, sendo gerenciada por meio do Sistema de Execução Contábil e Financeira –

SECF/CODIUB, gerido conjuntamente pela SMF - Secretaria Municipal de Finanças e AGOC – Assessoria Geral de Planejamento Orçamentário.

A execução da despesa, no exercício de 2016, alcançou o valor de **R\$ 946.093.946,96**, ficando **8,68%** a maior em relação ao exercício de 2015.

As Despesas Correntes totalizaram um montante de **R\$ 848.746.314,05**, com aumento de **8,00%** em relação a 2015

As Despesas Capital totalizaram **R\$ 97.347.632,91**, com aumento de **14,92%** em relação a 2015. O gasto total com investimentos em 2016 somou **R\$ 76.174.654,06**, representando o percentual de **8,05%** da despesa total.

A despesa por categoria econômica ficou assim em 2016:

DESCRIÇÃO	2015	2016	AH% 2016/2015	AV% 2016
DESPESAS CORRENTES	785.841.613,48	848.746.314,05	8,00%	89,71%
Pessoal e Encargos Sociais	377.780.213,90	411.169.907,45	8,84%	43,46%
Juros e Encargos da Dívida	9.673.739,98	12.836.813,10	32,70%	1,36%
Outras Despesas Correntes	398.387.659,60	424.739.593,50	6,61%	44,89%
DESPESAS DE CAPITAL	84.709.826,58	97.347.632,91	14,92%	10,29%
Investimentos	65.213.859,77	76.174.654,06	16,81%	8,05%
Inversões Financeiras	337.501,26	350.270,18	3,78%	0,04%
Amortização da Dívida	19.158.465,55	20.822.708,67	8,69%	2,20%
TOTAL DAS DESPESAS	870.551.440,06	946.093.946,96	8,68%	100,00%

NOTAS:

- 1). AV - Análise Vertical: determina a porcentagem de cada conta, ou grupo de contas, em relação ao Total das Receitas;
- 2). AH – Análise Horizontal: determina a evolução de cada conta, ou grupo de contas, no exercício considerado, em relação ao exercício anterior.

4.4.2 - Resultado Orçamentário

No que diz respeito a execução do orçamento, na confrontação da receita arrecadada com a despesa realizada, no exercício de 2016, verificou-se um superávit de **R\$ 48.480.086,27**, equivalente a **4,87%** da Receita Orçamentária arrecadada.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	
DESCRIÇÃO	2016
RECEITAS REALIZADAS	994.574.033,23
DESPESAS REALIZADAS	946.093.946,96
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	48.480.086,27

4.4.3 – Restos a Pagar

Foram inscritos restos a pagar processados, correspondentes aos saldos credores das obrigações liquidadas, tais como pessoal e encargos sociais, fornecedores e outros.

Os restos a pagar não processados foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 2016, registrados nas classes de contas de controle de aprovação e execução do orçamento (classes 5 e 6, respectivamente) do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, compondo o resultado financeiro nos quadros complementares ao Balanço Patrimonial.

RESTOS A PAGAR	
DESCRIÇÃO	VALOR
Restos a Pagar Processados	66.569.467,82
Restos a Pagar Não Processados	35.598.435,05
TOTAL	102.167.902,87

4.4.4 – Limites Constitucionais de Gastos

No exercício de 2016 foram cumpridos os limites constitucionais e legais de gastos referentes às aplicações em Ensino, Saúde, Pessoal, Dívida Pública e Poder Legislativo, conforme valores e índices constantes do quadro a seguir:

LIMITES CONSTITUCIONAIS - 2016			
DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	ÍNDICE	LIMITE LEGAL
Ensino:			
Valor Empenhado	149.541.599,13	32,24%	25,00%
Valor Liquidado	142.192.952,56	30,65%	
Valor Pago Líquido	133.888.932,03	28,86%	
Saúde:			
Valor Empenhado	112.777.391,25	23,41%	15,00%
Valor Liquidado	110.262.482,04	22,89%	
Valor Pago	98.621.566,32	20,47%	
Despesa Pessoal Consolidado:	330.455.042,57	36,82%	60,00%
Dívida Pública:			
Consolidada	276.906.281,38	30,85%	120,00%
Líquida	192.299.036,60	21,43%	
Despesa Pessoal Legislativo:	19.293.140,92	2,15%	6,00%

Fonte:

- 1). Ensino – Sistema de Execução Contábil e Financeira – CODIUB;
- 2). Saúde – Sistema de Execução Contábil e Financeira – CODIUB;
- 3). Despesa Pessoal Consolidado - Consolidado – Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre – Data Base: 31.12.2016;
- 4). Dívida Pública - Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre – Data Base: 31.12.2016;
- 5). Despesa Pessoal Legislativo - Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre – Data Base: 31.12.2016.

NOTA 5 – Critérios Contábeis adotados para o Balanço Financeiro.

5.1 – Aspectos Gerais

O Balanço Financeiro previsto no art. 103 e no anexo 13 da Lei Federal 4.320/64 demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que transferem para o exercício seguinte, sendo que os Restos a Pagar do exercício são computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

5.2 – Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Financeiro, as receitas e as despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas são reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. De forma que, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos "*Ingressos*" como "*Recebimentos Extraorçamentários*", conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64.

5.3 – Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Recebimentos Extraorçamentários

As contas listadas como Recebimentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro.

Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentária e não pagos.

Nesse grupo são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial.

A seguir, listamos o significado dos principais grupos de contas apresentados como Recebimentos Extraorçamentários:

Restos a pagar (Inscritos no Período)

Representam todos os valores inscritos em restos a pagar no final do exercício de 2016, processados ou não processados a pagar;

Receitas Extraorçamentária

Representam os ingressos de recursos que se constituem obrigações, como as consignações em folha, fianças, cauções, etc.

5.4 – Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Pagamentos Extraorçamentários

As contas listadas no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Nesse grupo são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como:

Restos a pagar (Pagamentos no Período)

Representam todos os valores pagos de restos a pagar durante o exercício de 2016;

Despesas Extraorçamentária

Representam o pagamento de todos os ingressos extra - orçamentários, como o pagamento das consignações em folha, devolução de fianças, cauções, etc.

5.5 – Demonstração do Balanço Financeiro

5.5.1 – Dos Ingressos

A demonstração abaixo representa a análise horizontal dos ingressos ocorridos no exercício de 2016, comparando com o exercício anterior.

INGRESSOS			
DESCRIÇÃO	2015	2016	AH% 2016/2015
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	854.252.984,18	994.574.033,23	16,43%
Ordinária	588.978.309,88	661.698.890,62	12,35%
Vinculada	328.110.423,86	400.523.271,99	22,07%
(-) Dedução da Receita Orçamentária	- 62.835.749,56	- 67.648.129,38	-7,66%
Transferências Financeiras Recebidas	34.173.825,51	40.610.865,22	18,84%
Recebimentos Extraorçamentários	220.591.883,16	218.298.176,34	-1,04%
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	294.134.198,88	315.681.098,31	7,33%
TOTAL	1.403.152.891,73	1.569.164.173,10	11,83%

NOTA:

1). AH – Análise Horizontal: determina a evolução de cada conta, ou grupo de contas, no exercício considerado, em relação ao exercício anterior.

5.5.2 – Dos Dispendios

A demonstração abaixo representa a análise horizontal dos dispêndios ocorridos no exercício de 2016, comparando com o exercício anterior.

DISPÊNDIOS			
DESCRIÇÃO	2015	2016	AH% 2016/2015
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	870.551.440,06	946.093.946,96	8,68%
Ordinária	559.363.593,92	591.995.062,90	5,83%
Vinculada	311.187.846,14	354.098.884,06	13,79%
Transferências Financeiras Concedidas	34.030.817,99	37.687.630,97	10,75%
Pagamentos Extraorçamentários	182.889.535,37	228.056.885,32	24,70%
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	315.681.098,31	357.325.709,85	13,19%
TOTAL	1.403.152.891,73	1.569.164.173,10	11,83%

NOTA:

1). **AH** – Análise Horizontal: determina a evolução de cada conta, ou grupo de contas, no exercício considerado, em relação ao exercício anterior.

Nota 6 – Critérios Contábeis adotados para o Balanço Patrimonial

6.1 – Aspectos Gerais

O Balanço Patrimonial, em conformidade com as NBCTSP, é composto por cinco grandes grupos, quais sejam:

Ativo e Passivo Circulante, com realização nos próximos doze meses (curto prazo); e o Ativo e Passivo Não Circulante, com realização após os próximos doze meses (longo prazo); e Patrimônio Líquido.

Pode-se utilizar as seguintes definições para analisar o Balanço Patrimonial:

Ativo – são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Passivo – são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

6.2 – Critérios Contábeis de Mensuração dos Ativos

Os ativos estão segregados em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Os ativos estão classificados como circulantes quando satisfazem a um dos seguintes critérios:

Estão disponíveis para realização imediata;

Têm a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos estão classificados como não circulantes.

Já a Lei nº 4.320/64, em seu artigo 105, confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, separando os ativos em dois grandes grupos, em função da sua dependência ou não de autorização orçamentária para realização, sendo eles:

Ativo Financeiro – O ativo financeiro está demonstrado pelo seu valor de realização. Das contas que compõem o ativo financeiro, nenhuma foi atualizada a valor presente e nem monetariamente, constando de seus valores originais.

Ativo Permanente – Os bens do ativo permanente estão demonstrados ao custo de aquisição, sem correção monetária e sem dedução da depreciação, que não foi adotada para o balanço de 2016, mas foi instituída comissão de avaliação e reavaliação dos bens imóveis, e tão logo haja finalização dos trabalhos serão adotadas as deduções das depreciações.

Durante o exercício de 2016 foram incorporados ao patrimônio bens móveis e imóveis, conforme despesa de capital com investimentos, por exemplo, as despesas empenhadas nas naturezas 4.4.90.51 – Obras e instalações e 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente.

6.3 – Demonstração dos Ativos

O Ativo do Município em 31/12/2016 totalizou um montante de **R\$ 1.280.735.285,36**. O Ativo Circulante alcançou a soma de **R\$ 714.678.346,11**, correspondente a **55,80%** do total do ativo; e o Ativo Não Circulante totalizou **R\$ 566.056.939,25**, equivalente a **44,20%** do ativo total. O Ativo ficou assim distribuído:

CONTAS	VALOR	AV%
ATIVO CIRCULANTE	714.678.346,11	55,80%
Caixa e Equivalentes de Caixa	101.533.026,72	7,93%
Créditos de Curto Prazo	301.971.476,68	23,58%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	27.409.592,77	2,14%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	273.257.136,96	21,34%
Estoques	10.507.112,98	0,82%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	566.056.939,25	44,20%
Ativo Realizável a Longo Prazo	39.808.245,74	3,11%
Investimentos	787.356,01	0,06%
Imobilizado	525.461.337,50	41,03%
TOTAL DO ATIVO	1.280.735.285,36	100,00%

NOTA:

1). AV - Análise Vertical: determina a porcentagem de cada conta, ou grupo de contas, em relação ao Total do Ativo;

6.3.1 – Dívida Ativa

O estoque da Dívida Ativa em 31/12/2016 registrou o montante global de **R\$ 277.484.888,62**, configurando um acréscimo de **36,18%** em relação ao montante existente em 31/12/2015.

DÍVIDA ATIVA				
DESCRIÇÃO	2015	2016	AH% 2016/2015	AV% 2016
Tributária	144.233.504,15	208.623.905,52	44,64%	75,18%
Não Tributária	59.529.912,26	68.860.983,10	15,67%	24,82%
TOTAL	203.763.416,41	277.484.888,62	36,18%	100,00%

6.3.2 – Créditos de Transferências a Receber

Foi registrado o valor de **R\$ 21.083.375,36**, referente a restos a receber, decorrentes de transferências voluntárias oriundas de convênios, transferências e repasses, cujos fatos geradores ocorreram até o exercício de 2016, mas não recebidos neste exercício.

6.4 – Critérios Contábeis de Mensuração dos Passivos

Os passivos estão segregados em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Os passivos classificados como circulantes correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos estão classificados como não circulantes.

Já a Lei nº 4.320/64, em seu artigo 105, confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, separando os passivos em dois grandes grupos, em função da sua dependência ou não de autorização orçamentária para realização, sendo eles:

Passivo Financeiro – O passivo financeiro da entidade está demonstrado ao custo de aquisição ou realização, referem-se aos restos a pagar e aos depósitos e consignações, ou seja, à Dívida Flutuante da entidade, bem como o valor referente ao saldo de precatórios depositado ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em face da EC 62/2009.

Passivo Permanente – O passivo permanente está representado pelas dívidas de longo prazo contraídas pela entidade, conforme o Anexo 16 – Dívida Fundada, bem como pela provisão de férias a pagar.

6.5 – Demonstração dos Passivos

O Passivo e o Patrimônio Líquido do Município em 31/12/2016 totalizaram **R\$ 1.280.735.285,36**. Desse montante, o passivo circulante somou **R\$ 263.070.901,93**, representando **20,54%** do total; e o passivo não

circulante totalizou **R\$ 557.326.618,48**, correspondente a **43,52%** do total. O patrimônio líquido somou **R\$ 460.337.764,95**. O passivo e patrimônio líquido ficaram assim distribuídos:

CONTAS	VALOR	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	263.070.901,93	20,54%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	118.532.661,13	9,26%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	17.789.628,54	1,39%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	78.393.066,67	6,12%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	919.333,18	0,07%
Obrigações e Repartição a Outros Entes	-	0,00%
Provisões a Curto Prazo	1.022.075,96	0,08%
Demais Obrigações a Curto Prazo	46.414.136,45	3,62%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	557.326.618,48	43,52%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a L. Prazo	63.840.755,91	4,98%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	134.823.466,16	10,53%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	6.543.625,54	0,51%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	36.947.326,08	2,88%
Provisões a Longo Prazo	314.082.967,42	24,52%
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.088.477,37	0,08%
Resultado Diferido	-	0,00%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	460.337.764,95	35,94%
Resultados Acumulados	460.337.764,95	35,94%
TOTAL DO PASSIVO + PL	1.280.735.285,36	100,00%

NOTA:

1). AV - Análise Vertical: determina a porcentagem de cada conta, ou grupo de contas, em relação ao Total do Passivo + PL;

6.5.1 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Do valor consolidado de **R\$ 46.414.136,45** registrado em 2016, **R\$ 12.717.525,24**, refere-se ao reconhecimento no exercício de passivo de entidades credoras – créditos de fundos municipais.

6.5.2 – Dívida Pública Consolidada

O saldo da dívida pública consolidada geral no exercício de 2016 foi de **R\$ 281.415.243,20**, sendo que, **77,37%** do valor é da Prefeitura Municipal de Uberaba, **22,48%** do CODAU e **0,16%** pertence ao IPSEV, conforme demonstrativo abaixo:

DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA		
ENTIDADE	2016	AV%
Prefeitura Municipal de Uberaba	217.718.945,14	77,37%
Centro Operacional de Desenv.e Saneamento de Uberaba - CODAU	63.250.670,54	22,48%
Subtotal	280.971.631,68	99,84%
Instituto de Prev.dos Serv.Públicos Municipais de Uberaba - IPSEV	443.611,52	0,16%
TOTAL	281.415.243,20	100,00%

Nota 7 – Critérios Contábeis adotados para a Demonstração das Variações Patrimoniais

7.1 – Aspectos Gerais

A Demonstração das Variações Patrimoniais está prevista no art. 104 e Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64, que assim define esse demonstrativo: "A *Demonstração das Variações Patrimoniais* evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício." Contudo, com o advento das NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, e de acordo com o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN – Secretaria do Tesouro Nacional, o referido demonstrativo sofreu algumas alterações, de forma a evidenciar as variações patrimoniais quantitativas e qualitativas.

Entende-se por variações patrimoniais quantitativas aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e são divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Entende-se por variações patrimoniais qualitativas aquelas decorrentes da execução orçamentária que consistem em incorporação e desincorporação de ativos, bem como incorporação e desincorporação de passivos.

No exercício de 2016, o resultado patrimonial consolidado do Município de Uberaba foi de **R\$ 28.848.634,86**, enquanto que em 2015 foi de **R\$ 13.973.882,99**, conforme se observa no demonstrativo a seguir:

Demonstração das Variações Patrimoniais		
Descrição	2015	2016
Varição Patrimonial Aumentativa	1.015.440.416,73	1.487.132.371,84
Varição Patrimonial Diminutivas	1.001.466.533,74	1.458.283.736,98
Resultado Patrimonial do Período	13.973.882,99	28.848.634,86

Nota 8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Consolidação Geral

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC – apresenta a análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades, sendo composta de recursos pelos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apurando-se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.

A DFC do Município de Uberaba, apresentou ao final do exercício de 2016 os seguintes fluxos responsáveis pela geração líquida de caixa e equivalente de caixa:

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Descrição	2016	2015
Fluxos de Caixa Líquido das Atividades das Operações	25.044.070,78	11.879.088,03
Fluxos de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	731.232,80	1.223.601,49
Fluxos de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	15.869.307,96	8.444.209,91
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	41.644.611,54	21.546.899,43

Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa evidenciados pela DFC em 31.12.2016 foram:

Apuração do Fluxo de Caixa do Período		
Descrição	2016	2015
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	315.681.098,31	294.134.198,88
Caixa e Equivalente de Caixa Final	357.325.709,85	315.681.098,31

Os campos "Outros Ingressos Operacionais" e "Outros Desembolsos Operacionais" dos fluxos evidenciados pela DFC apresentada no presente volume contemplam valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Exemplos: recebimentos e pagamentos Extraorçamentários; retenções e transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente, conforme orientação do IPC 08 e MCASP.

Considerações Finais

As Notas Explicativas do Balanço Geral, foram elaboradas com o objetivo de apresentar informações relevantes no contexto da gestão municipal, evidenciando de forma analítica a situação patrimonial do Município de Uberaba e as respectivas consolidações, a fim de tornar transparente os dados contidos nos Balanços e Demonstrativos apresentados no volume de Contas da Gestão do exercício de 2016.

O presente exercício, ainda marcado pelas mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, conforme as normas adotadas, estamos de modo gradual realizando esforços no sentido de adotar todos os procedimentos contábeis exigidos.

Uberaba-MG, 31 de dezembro de 2016.

MAOB/maob

MARCOS ALBERTO RODRIGUES
 Chefe do Departamento de Contabilidade
 Decreto 5.181/2015 – CRC 62.671

WELLINGTON GAIA
 Secretário de Finanças
 Decreto 4.261/2015